

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E GESTÃO DE RESULTADOS:
OS CASOS DO GOVERNO DE PERNAMBUCO E DA PREFEITURA DE JOÃO
PESSOA**

2. Gestão, financiamento da educação e qualidade de ensino

Éder Dantas – Doutor em Educação. Professor Adjunto I do
Departamento de Psicopedagogia da UFPB. Endereço eletrônico:
<ederdant@hotmail.com>

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar as políticas educacionais das atuais gestões do estado de Pernambuco e da cidade de João Pessoa no tocante à política de remuneração dos professores da educação básica. Trata-se de estudar duas experiências de gestão “de resultados” no âmbito da escola pública: o “Programa de Modernização da Gestão Educacional: metas Educacionais – PMGE/ME”, implantado pelo Governo de Pernambuco em 2007 e o Programa “Escola Nota Dez”, implantado pela Prefeitura de João Pessoa no ano de 2009. O artigo compõe a pesquisa “*Políticas educacionais e gestão de resultados: análise comparativa*”, desenvolvida no âmbito do PIVIC/UFPB e ainda em andamento, e tem como metodologia utilizada a análise comparativa dos programas, pesquisa e análise documental. O trabalho está em fase de conclusão, com análise dos dados quantitativos.

O que tornam estas políticas específicas e objetos desta reflexão é a implantação de políticas de bonificação de desempenho docente como mecanismo de remuneração, associadas à resultados quantitativos que supostamente indicariam evolução nos resultados obtidos pelos discentes, caracterizando uma abordagem produtivista do trabalho educativo, nos marcos dos novos modelos gerenciais na administração pública brasileira, postos em prática desde a Reforma do Estado comandada pelo Ministro Bresser Pereira, durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Nosso propósito, neste trabalho, é identificar semelhanças e diferentes entre estes programas, que expressam a transposição de uma abordagem gerencial-empresarial para o âmbito das políticas públicas estatais de educação.

Na primeira parte do texto, pretendemos conhecer a origem dos dois programas e suas principais características.

Em um segundo momento, proceder-se-á uma análise dos fundamentos teóricos, especialmente pedagógicos do modelo de bonificações.

Na terceira parte, promoveremos uma reflexão sobre se de fato tais políticas produtivistas em nível educacional podem cumprir a sua promessa, melhorar o desempenho escolar, envolvendo o professor na busca de resultados (notas).

Esperamos que tais reflexões contribuam para promover uma reflexão sobre os rumos das políticas educacionais em nosso país, sempre no sentido de buscar os melhores caminhos para o fortalecimento da escola pública, através de uma formação cidadã.

I – Gerencialismo, produtivismo e políticas educacionais atuais em Pernambuco e no município de João Pessoa

Nos últimos anos, têm proliferado na administração pública brasileira experiências de novos modelos de gestão escolar voltados para estimular a melhora do desempenho dos alunos

especialmente no tocante às notas obtidas, à redução da repetência e da evasão escolar.

Tais políticas se difundiram à partir dos anos 1970 e ganharam força nos anos 1990, com a política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso, cuja percepção sobre a baixa qualidade da maioria das escolas da educação básica tem como ponto de partida não a falta de recursos para financiá-la e, sim, a má gestão das escolas e das redes.

O Programa de Modernização da Gestão Educacionais: Metas Educacionais – PMGE/ME foi criado em 2007 e está voltado para a melhoria dos indicadores educacionais do estado Pernambuco, a partir do conceito de “gestão por resultados”.

O programa está estruturado em torno de um conjunto de ações a exemplo da criação do SAEPE - Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco, instrumento de avaliação do desempenho dos estudantes da rede pública estadual e municipal, que promove avaliações anualmente desde 2008.

Outro instrumento criado é o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco - IDEPE. Este trata-se de indicador de qualidade da educação pública estadual que permite diagnosticar e avaliar a evolução de cada escola, ano a ano. O cálculo do IDEPE incorpora, a exemplo do IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, dois critérios complementares: o fluxo escolar e o desempenho dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do 3º ano do ensino médio nos exames do SAEPE em Língua Portuguesa e Matemática. O IDEPE é calculado a partir da multiplicação da nota média do SAEPE na escola pelas taxas médias de aprovação no ciclo avaliado. O cálculo do IDEPE acompanha procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), cujo objetivo é o de que, em 2022, quando alcançarmos o bicentenário de nossa independência, a qualidade da educação do Brasil seja comparável à dos países desenvolvidos hoje, ou seja, a nota 6.0.

As escolas devem alcançar metas de acordo com o IDEPE. As metas são definidas no termo de compromisso que cada escola deve firmar com a Secretaria de Educação de Pernambuco. O atingimento das metas tem como resultado o pagamento do Bônus de Desempenho Educacional – BDE. O valor da premiação varia de acordo com o percentual da meta atingido pela escola, levando em conta o salário base do servidor e o tempo de serviço na unidade a qual está vinculado.

Cada escola possui a sua própria meta a ser atingida, calculada de acordo com as particularidades de cada uma delas o que, segundo o governo pernambucano, busca garantir que o esforço requerido para o cumprimento da meta seja adequado. As metas são compatíveis com o estágio contemporâneo da escola, ou seja, escolas que tiveram resultados piores no SAEPE de 2005 terão, conseqüentemente, uma meta mais baixa que as melhores escolas. O objetivo, entretanto, é que no longo prazo as diferenças entre as escolas em Pernambuco fiquem cada vez menores, assegurando “equidade e igualdade para todos os estudantes”. As metas estão definidas no termo de compromisso que a escola firmou com a Secretaria de Educação de Pernambuco.

O programa Escola Nota Dez foi criado no ano de 2009 pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, através do Decreto 6.92/2009 de 17 de março de 2009. Baseia-se na valorização do desempenho da aprendizagem e da gestão escolar e tem como finalidade avaliar o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos e trabalhadores em educação que atuam nas escolas municipais.

O prêmio Escola Nota Dez é a soma de metas estabelecidas pela Secretaria de Educação, através de decreto municipal, relacionados a indicadores de regularidade de documentos escolares, conservação do patrimônio, economia de material de custeio, avaliação de atividades transdisciplinares, aprendizagem dos alunos e frequência dos professores na educação continuada. A remuneração do prêmio Escola Nota Dez é calculada de acordo com o percentual total dos indicadores, gerando um bônus proporcional ao salário-base da categoria e ao tempo de atuação na

unidade.

O programa é executado articulando-se a gestão escolar (a quem cabe organizar a escola para o processo da avaliação; divulgar, junto à escola, as condições, datas e horários de realização das provas, cuidando do cumprimento dos procedimentos formais e assegurar a presença dos alunos dos anos avaliados) com a Secretaria de Educação – SEDEC (responsável por zelar pelo cumprimento dos procedimentos e orientações necessárias à realização do processo de avaliação; divulgar, junto às escolas, as datas e procedimentos referentes à avaliação; salientar, junto aos diretores das escolas, a necessidade e importância da presença dos alunos nos dias da avaliação; garantir o sigilo absoluto das informações contidas nos cadernos de provas, adotando medidas seguras nas etapas de armazenamento e distribuição; designar a comissão de elaboração e avaliação que acompanhará a aplicação das provas; organizar, na Diretoria de Gestão Curricular - DGC, comissões para corrigir as provas e analisar as redações por amostragem; realizar a conferência dos materiais de avaliação devolvidos pelas escolas e decidir sobre casos não previstos na resolução que regulamenta o programa).

Dentro da estrutura do “Escola Nota Dez” cumpre papel fundamental a Comissão de Organização e Avaliação, a quem cabe definir os procedimentos e normas complementares ao Regulamento aprovado no decreto que cria o programa e prover o apoio administrativo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos de convocação de reuniões, elaboração de atas, encaminhamento e divulgação dos documentos produzidos. As escolas que não atingirem o índice de aprendizagem definido tem acompanhamento especial da equipe técnica da SEDEC.

E qual a importância de pesquisar sobre estes programas?

A implementação destes programas não representa casos isolados na gestão educacional brasileira. Pelo contrário, quinze secretarias de estado da educação, portanto, a maioria, estão pondo em prática, ou estão formulando, políticas meritocráticas para a educação, cuja espinha dorsal tem em comum a criação de programas que articulam a remuneração do magistério vinculada ao desempenho e ao cumprimento de metas pré-estabelecidas (Valor, 21/01/2011). Ao mesmo tempo em que ampliou-se a quantidade de gestores que decidiram desenvolver tais políticas meritocráticas, seguem os conflitos entre os sindicatos de professores, governos estaduais e municípios pelo efetivo cumprimento da chamada “Lei do Piso” ou seja, a Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008.

A “Lei do Piso” ainda gera polêmica entre docentes e gestores por diversos motivos, dentre os quais podemos destacar:

a) O artigo 2o em seu parágrafo 4o, segundo o qual “Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos”. Isto significa que 1/3 da jornada deve ser dedicada a planejamento, correção de exercícios, dentre outras atividades que não sejam aulas, o que obrigaria boa parte dos gestores a contratar novos profissionais para compensar o tempo em que os atuais professores deixariam de estar ministrando aulas.

b) O artigo 3o em seu parágrafo 2o define que “Até 31 de dezembro de 2009, admitir-se-á que o piso salarial profissional nacional compreenda vantagens pecuniárias, pagas a qualquer título, nos casos em que a aplicação do disposto neste artigo resulte em valor inferior ao de que trata o art. 2o desta Lei, sendo resguardadas as vantagens daqueles que percebam valores acima do referido nesta Lei.”. Com isso, as gratificações (modalidade de remuneração predominante na forma de pagamento da maioria dos professores brasileiros) não compõem o pagamento do piso, obrigando os gestores a aumentar significativamente o salário básico.

Intensa batalha judicial opôs os dois lados do conflito e mesmo após a conclusão da contenda na instância superior da justiça, permanecem diferenças de interpretação quanto à segunda questão, principalmente, o que leva ao não cumprimento efetivo da lei.

Outro elemento que leva ao não-cumprimento pleno da chamada “Lei do Piso” é a divergência entre as correntes políticas e ideológicas envolvidas com o debate educacional no que

concerne à melhor forma de remuneração dos docentes. Enquanto uma corrente se filia à ideia de piso, carreira e cargo horária como critérios básicos para assegurar condições de trabalho do professor, outra resgata a necessidade de se criar instrumentos meritocráticos, associando pagamento de salários a desempenho.

Neste debate, o Ministério da Educação (e os educadores ligados ao Partido dos Trabalhadores – PT e sindicatos) parece se associar à primeira ideia, enquanto boa parte dos governadores (sob a influência das administrações paulistas e do pensamento empresarial na educação) se posiciona a favor da perspectiva meritocrática (Valor, 28/10/2010).

Governantes se movem cada vez mais guiados pelas ideias de eficiência e eficácia e acreditam que o governo federal pode estabelecer as diretrizes pedagógicas que serão adotadas pelas redes de ensino nos Estados e municípios (idem). A restrição aos gastos públicos, típica dos anos 1990 e presente em momentos de crise econômica mundial, como o atual, faz com que gestores com uma perspectiva mais progressista também adiram ao modelo gerencial de metas e resultados, na medida em que este permitiria apresentar ao eleitorado, pelo menos superficialmente, números que venham legitimar a suposta correção das políticas educacionais postas.

II – Fundamentos teóricos da bonificação e a volta do “tecnicismo pedagógico”

A reorganização do sistema educacional em virtude das mudanças ocorridas no âmbito do capitalismo trouxe de volta a questão do capital humano e fez emergir o tema da gestão empresarial na educação, sob a marca da qualidade total, a partir de um enfoque economicista de matiz neoliberal (GENTILI, 2002, p. 126). Enquanto os teóricos do capital humano trabalhavam com um mercado de trabalho em expansão e a lógica do planejamento estatal, os neoliberais pensam na educação para a competência em um mercado competitivo, “sob o comando do mercado” (idem, 1998, p. 109).

É neste cenário que emerge um novo modelo de gestão da educação, o “gerencialismo”. Este consiste na substituição do modo de gestão burocrático no âmbito das organizações por preceitos inspirados no setor privado. Este novo sistema administrativo alterou o modelo burocrático-hierárquico de administração, flexibilizando a gestão, diminuindo os níveis hierárquicos e aumentando a autonomia de decisão dos gestores, rompendo essencialmente com as estratégias adotadas nos países capitalistas avançados desde o pós-guerra, que chegaram a viabilizar uma política de crescimento econômico estável, no período compreendido entre 1945 e 1973, por meio da combinação do Estado do Bem-Estar Social, da administração econômica keynesiana e do controle de relações de salário (CASTRO, 2007, p. 118).

A reforma gerencial, importada da Inglaterra, caracteriza-se pela busca da eficiência, pela redução e pelo controle dos gastos e serviços públicos, bem como pela demanda de melhor qualidade e pela descentralização administrativa, concedendo-se, assim, maior autonomia às agências e departamentos. Exige-se dos gerentes habilidades e criatividade para encontrar novas soluções, sobretudo para aumentar a eficiência, utilizando, para tanto (entre outras estratégias), a avaliação do desempenho. Há preocupação, portanto, com o produto em detrimento dos processos (idem).

No campo da educação, o apelo ao gerencialismo expressou a tendência da incorporação dos princípios da gerência empresarial na área, com o gestor escolar assumindo uma nova centralidade na organização. Este passa a ser o principal responsável por ela pois é ele que deve prestar contas dos resultados educacionais “transformando-se no principal responsável pela efetiva concretização de metas e objetivos definidos, quase sempre, na esfera central do sistema” (NETO & RODRIGUEZ, 2007, p. 38).

Adotado em sua essência, o modelo gerencial de gestão fortalece as relações capitalistas no

âmbito das organizações, reforçando a ordem social mercantil, especialmente no âmbito das instituições escolares, reforçando o caráter da gerência que, nada mais seria que “o controle do trabalho” (PARO: 2005: 60).

Este modelo se choca com sua antítese, que consistiria na escola democrática e voltada para a cidadania, tendo como objetivo a transformação social. Nesta outra concepção, de orientação marxista-gramsciana, a administração escolar estaria comprometida com tal perspectiva transformadora, em um movimento que se constituiria na busca da sistematização de novas formas de pensar e agir contrapostas ao “status quo” e impondo práticas contra-hegemônicas, através da formação de um novo bloco histórico sob a direção das classes dominadas (idem, p. 103). Assim, a educação, “percebida como espaço de disputa de hegemonia na sociedade, poderia contribuir para a transformação desta” (idem, p. 115).

Desde os anos 1990 constitui-se movimento de promover “apelos para a eficiência e a eficácia do sistema educacional e, particularmente da escola” (Oliveira, Fonseca & Toschi, 2004: 21). Assim, “as instituições públicas são exortadas a trilharem novos caminhos organizacionais, na linha da ‘autogestão’, e que as aproximem do setor privado” (idem). Governos diferentes como o de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva impulsionaram programas de viés gerencialista a exemplo do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE (1995) e do Plano de Desenvolvimento da Educação (2007), o primeiro significando a vinculação de recursos federais diretamente à escola tendo como contrapartida a apresentação de projetos e definição de ações e objetivos e o segundo articulando ações do MEC com os governos locais voltadas ao atingimento das metas do Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB.

O ganho por produção é percebido como um mecanismo capaz de “motivar” os professores a correrem atrás de melhores resultados em termo de desempenho, independente do contexto que envolve o processo de ensino-aprendizagem.

Ambos os projetos vão beber no chamado “tecnicismo pedagógico” que, segundo Dermeval Saviani, significa uma tentativa de planejar a educação de modo a dotá-la de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem por em risco sua eficiência. Ora, deixar o professor e/ou o discente livres no dia a dia do trabalho pedagógico impede ao Estado que obtenha o controle sobre o processo de trabalho e, conseqüentemente, sobre o resultado deste processo.

Observando-se, nesta ótica produtivista, uma suposta incapacidade do Estado de, sob mecanismos da pedagogia tradicional ou renovada, obter resultados quantitativos que sejam facilmente mensuráveis, alguns gestores educacionais em nível superior (secretarias municipais e estaduais) procuram criar mecanismos no sentido de ampliar o controle sobre o trabalho docente, a fim de que este possa obter um resultado final adequado aos interesses do comando das políticas educacionais.

Deste modo, “na pedagogia tecnicista, o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando professor e aluno, posição secundária”. Esses, os professores, acabavam ficando relegados “à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais” (SAVIANI, 1984) que estabelecem o que o professor deve fazer para ganhar seu bônus.

III – Um balanço das políticas de bonificação aqui e alhures

A ideia de fazer com que os professores recebam por produção apresenta-se como um dos “modismos” das políticas educacionais recentes no Brasil, agora se manifestando de forma massiva entre gestores estaduais e municipais, de diferentes matizes e até partidos políticos. No caso do PT,

por exemplo, há gestores que condenam a política de bonificações e outros que a adotam com entusiasmo. Nos estados de Pernambuco e Paraíba, por exemplo, são vários os municípios que incorporaram tal modelo de remuneração docente, incluindo o próprio governo paraibano.

Os indicadores educacionais brasileiros, a partir da implantação do IDEB, permitem verificar, pelo menos em parte, a evolução dos resultados quantitativos verificáveis quanto à desempenho e evasão de todas as unidades da federação, incluindo estados e municípios. Quando nos deparamos com a evolução do desempenho educacional do estado de Pernambuco e da cidade de João Pessoa não verificamos qualquer salto no desempenho escolar destas redes em relação à melhora que vem ocorrendo em nível nacional.

Embora não disponhamos de uma séria longa de anos para poder estabelecer uma comparação mais consolidada (temos apenas o Ideb entre 2007 e 2009 como referência), ao se estabelecer uma análise comparativa entre a melhora no índice no período, percebemos que o desempenho das redes estadual de ensino de Pernambuco e da rede municipal de ensino de João Pessoa não conseguiram expressar um crescimento bastante superior ao desempenho brasileiro, em um primeiro momento, mesmo com a adoção dos programas de bonificação.

No caso de Pernambuco isto fica mais claro na medida em que a aferição do IDEB de 2009 correspondeu ao terceiro ano de implantação do BDE, enquanto que em João Pessoa, apenas ao primeiro ano do programa “Escola Nota Dez”. Portanto, podemos verificar o efeito da bonificação apenas na “enbocadura” dos programas.

Na comparação entre o desempenho do IDEB das escolas das redes estaduais de ensino do Brasil e do estado de Pernambuco, comparativamente, podemos verificar que, entre 2007 e 2009, as notas evoluíram, em âmbito nacional, de 3,2 para 3,4 (no ensino médio), representando uma melhora na nota de apenas 0,2 pontos. No caso da rede estadual de ensino pernambucana (ensino médio) o crescimento foi inferior, de apenas 0,1 pontos.

Na comparação entre o desempenho do IDEB das escolas das redes municipais de ensino em nível nacional e a rede de João Pessoa (séries iniciais do ensino fundamental), podemos verificar que, entre 2007 e 2009, as notas subiram em nível nacional, de 4,0 para 4,4, totalizando um crescimento de 0,4 pontos. Em João Pessoa, por sua vez, as notas cresceram de 3,5 para 4,0, representando um aumento de 0,5 pontos, levemente acima da melhora nacional.

Os dados apresentados acima nos revelam que, na comparação deste curto período, ainda não se verificaram os efeitos da “motivação” proporcionados pelos bônus, pelo menos naquilo que mais se cobra em termos de melhora de desempenho escolar, o IDEB. No caso Pernambucano, este estado, ao adotar tão “revolucionária” política ainda não conseguiu apresentar resultados a justificarem este adjetivo pois a evolução das notas em tela apenas acompanhou o desempenho nacional.

No caso da capital paraibana, pode se dizer o mesmo (com a ressalva de que se trata de 2009, ano que foi o primeiro da implantação do programa). O desempenho do IDEB pessoense proporcional uma elevação de apenas 0,1 pontos acima da média nacional, o que não significa que os discentes na rede municipal de ensino daquela cidade tenham de fato aprendido mais que a média brasileira, isso na fase do ensino em que os estudantes precisam sair alfabetizados.

Enquanto gestores nordestinos se entusiasmam com a educação “de resultados”, aonde tais experiências se desenvolveram, as análises apontam para o fato de que elas de fato não conseguiram impactar efetivamente na melhora do aprendizado dos alunos. É o caso, por exemplo, da cidade de Nova York, uma das lideraram a implantação do novo modelo no mundo que suspendeu a política de bônus, em virtude dela não viabilizar efetiva melhora do aprendizado. O Departamento Municipal de Educação nova-iorquino suspendeu o pagamento dos bônus por desempenho em virtude de que não havia desempenho superior entre os alunos cujos professores recebiam as bonificações e os estudantes matriculados nas demais instituições.

Em nosso país, a política de bonificação por desempenho teve sua porta de entrada nos

governos do PSDB, especialmente no estado de São Paulo, pioneiro em adotar tal política de remuneração docente desde o ano de 2008, reproduzindo o modelo novaiorquino. O incentivo em São Paulo, que pode chegar a quase três salários extras, é calculado a partir do desempenho dos alunos, baseado nos dados do fluxo escolar e das notas do Saesp, o "provão" paulista de português e matemática dos ensinos fundamental e médio. Recentemente, a partir da posse do governador Geraldo Alckmin, em 2011, a nova gestão paulista decidiu reavaliar a política de bonificações, especialmente depois que testes de desempenho em nível nacional indicaram baixo desempenho dos estudantes daquele estado, em comparação com outros do país.

As políticas de bonificações encontram forte resistência entre o movimento sindical dos professores da rede pública na medida em que fragiliza o debate sobre as condições salariais e de trabalho docente, aposentadoria, e instala um clima de competitividade no seio da categoria. Neles, tem encontrado forte núcleo de resistência a este modelo de remuneração. Nos casos de Pernambuco e da Paraíba, os sindicatos tem sido críticos da política de bonificação, o que ocorre também em São Paulo, aonde encontra-se o mais forte sindicato de professores do país, a APEOESP, que tem combatido radicalmente as políticas de bonificação.

Em 04/04/2011, uma assembléia dos professores da rede estadual de ensino, que contou com a presença de cerca de três mil pessoas, aprovou nota de repúdio contra a política de bonificações do governo paulista. Os mestres denunciaram que desde 2005 (portanto a seis anos) seus salários não eram reajustados, além da incorporação de gratificações.

Uma das maiores críticas das políticas de bonificação e avaliação baseadas em testes padronizados é a professora norte-americana Diane Ravitch, que foi secretária-assistente de educação nos governos Bush (pai) e Clinton, além de ter liderado o movimento para a criação de um currículo nacional, com a generalização de testes padronizados de desempenho.

De grande entusiasta do modelo, a professora Ravitch virou forte crítica ao mesmo. A autora afirma que “como muitos outros naquela era, eu fui atraída pela ideia de que o mercado iria trazer inovação e maior eficiência para a educação. Eu estava certamente influenciada pela ideologia conservadora de outros membros do alto escalão da primeira administração Bush, que eram fortes apoiadores da escolha e da competição escolar” (2011, 12).

Segundo ela,

“os novos reformadores corporativos demonstram sua precária compreensão da educação construindo falsas analogias entre a educação e o mundo empresarial. Eles pensam que podem consertar a educação aplicando princípios dos negócios, organização, administração, lei e marketing e pelo desenvolvimento de um bom sistema de dados que proporcione as informações necessárias para incentivar a força de trabalho – diretores, professores e estudantes – com recompensas e sanções apropriadas. Como esses reformadores, eu escrevi e falei com convicção nos anos 1990 e no começo dos 2000 sobre o que era necessário para reformar a educação pública, e muitas das minhas ideias coincidiam com as deles” (idem, 13).

Ravitch anuncia sua ruptura com o credo neoliberal e mercadológico e retoma a defesa da escola pública, do foco no pedagógico, das necessidades concretas do processo de ensino-aprendizagem e do enfrentamento da complexidade do educar, em todos os seus sentidos.

GEWIRTZ & BALL identificam este movimento de transformação dos paradigmas de gestão escolar que tem origem nos EUA e também na Inglaterra como um movimento de passagem de um novo modelo de Estado que tem rebatimento direto na educação. Trata-se da passagem do modelo de gestão do “bem-estar social” para o “novo gerencialismo”. Os autores denunciam que a Inglaterra está sujeita a um regime de organização e financiamento da educação baseado nos princípios do mercado. Eles destacam que há casos de

escolas públicas que funcionam efetivamente como pequenas empresas e em áreas onde a capacidade das escolas vai além da demanda, de modo que elas competem pelo recrutamento de alunos.

Segundo eles, o discurso do novo gerencialismo na educação enfatiza os propósitos instrumentais da escolarização “aumentando padrões e desempenhos conforme mensurados pela avaliação dos resultados, níveis de frequência e destino dos egressos e está frequentemente articulado a um vocabulário de empresa, excelência, qualidade e eficiência” (2011, 199).

É neste novo contexto de gerenciamento que emergem as novas políticas de gestão educacional, que tem transformado cada vez mais as escolas em unidades administrativas que funcionam de forma descentralizada e controladas a distância pelas autoridades centrais a partir de critérios de resultados quantitativos. Isto se manifesta na prática cada vez mais difundida dos testes padronizados (que no caso brasileiro, partiram do Exame Nacional de Cursos – ENADE, nas universidades, para um sistema de avaliações que já chegou ao ciclo de alfabetização, com a chamada Prova Brasil).

No que se refere à avaliação docente, as políticas de bonificações se manifestam como a face mais cruel do modelo, destruindo a carreira docente, o sistema de aposentadorias, a noção de classe e a solidariedade entre os pares, outra considera peça-chave para um bom desempenho escolar.

Conclusões

Neste presente trabalho, buscamos promover uma reflexão sobre as políticas de bônus por desempenho desenvolvidos pelo governo do estado de Pernambuco e a Prefeitura de João Pessoa/PB quanto à remuneração docente.

Identificamos que estas políticas se situam nos marcos de um novo modelo de gestão escolar, em que as unidades de ensino estão postas pelo governo a um nível cada vez maior de autonomia de gestão e competitividade, visando alcançar resultados quantitativos. Por outro lado, as autoridades centrais mantêm seu controle sobre o sistema escolar através de sofisticado sistema de avaliação. Agora, agregado a estes, a política de pagar os docentes por produtividade.

Os resultados iniciais da pesquisa, que ainda está se desenvolvendo, não identificaram melhora no desempenho dos discentes das duas redes em tela, que possa merecer destaque em relação à média das escolas públicas brasileiras. Uma série mais alongada permitirá aprofundar a avaliação e se chegar a um conclusão mais sólida quanto a isto.

Embora a política de remunerar os professores via gratificação por desempenho seja um modismo nacional, adotada por quase duas dezenas de estados e por cada vez mais municípios, ela contrasta com o abandono do modelo por parte dos seus criadores (gestores educacionais norte-americanos) que não viram resultados práticos que a justificassem pois os estudantes matriculados em escolas que pagam tais bônus aos mestres não tiveram desempenho comprovadamente superior aos demais. Em São Paulo, um dos estados pioneiros do modelo em nosso país, os resultados abaixo do esperado acabaram por promover uma revisão da política de bonificação.

O paradigma empresarial na escola pública ainda não se consolidou como capaz de promover a revolução prometida na aprendizagem. Esta é influenciada por um conjunto de fatores que vão do pedagógico ao social, passando pela saúde.

Ao pensarmos soluções que propiciem a efetiva melhoria da qualidade do ensino público em nosso país, as informações aqui reveladas colocam na ordem do dia a necessidade de articular o econômico da gestão escolar com o pedagógico, percebendo-se a peculiaridade do processo educativo. Afinal de contas, Escola não é fábrica, sala de aula não é linha de produção e o produto final do processo educativo é a formação de sujeitos-autores da vida social e não há um normas técnicas e selos de qualidade que possam aferir estes são ou não bons produtos.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008. **Regulamenta a alínea**

“e” e do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Administração e da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado.** Brasília, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.** Brasília, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. **Instituiu o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.** Brasília, D.O.U. de 25 de abril de 2007.

CASTRO, Alda M. Duarte A. Gerencialismo e educação: estratégias de controle e regulação da gestão escolar (in) **Pontos e contrapontos da política educacional – uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais.** Brasília, Líber Livros, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: Gentili, Pablo A. A. e SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: Visões críticas.** 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2001a, P.31-92.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso. Simulacro e imposição da reforma educacional do neoliberalismo.** 3ª. edição. Petrópolis, RJ:Vozes, 1998.

GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação – visões críticas.** 11ª. Edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

GEWIRTZ, Sharon & BALL, Stephen J. Do modelo de gestão do “bem-estar social” ao “novo gerencialismo” - Mudanças discursivas sobre gestão escolar no mercado educacional (In) BALL, Stephen & MAINARDES, Jefferson (orgs.). **Políticas Educacionais – questões e dilemas.** São Paulo, Cortez, 2011.

JOÃO PESSOA. Prefeitura Municipal. Decreto 6.492 de 17 de março de 2009. **Regulamenta a concessão do Prêmio Escola Nota 10, instituído pela Lei Municipal n. 11.607/2008, de 23 de dezembro de 2008, mediante aferição de Aprendizagem e Gestão Escolar nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental.** 2008.

João Pessoa. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal n. 11.607/2008, de 23 de dezembro de 2008. Institui o programa Prêmio Escola Nota 10.** 2008.

NETO, Antônio Cabral & RODRIGUEZ, Jorge. Reformas Educacionais na América Latina: cenários, proposições e resultados (in) **Pontos e contrapontos da política educacional – uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais.** Brasília, Líber Livros, 2007.

OLIVEIRA, João Ferreira de; FONSECA, Marília & TOSCHI, Mirza S. Educação, Gestão e Organização Escolar: conceitos e tendências atuais In: **Escolas gerenciadas: planos de desenvolvimento e projetos político-pedagógicos em debate.** Goiânia, Editora UFG, 2004.

SUWWAN, Leila. Notas baixas - Bônus para professores não melhoram qualidade do ensino em São Paulo IN: O Globo On line. 25/04/2011. Extraído de <http://moglobo.globo.com/integra.asp?txtUrl=/educacao/mat/2011/04/22/bonus-para-professores-nao-melhoram-qualidade-do-ensino-em-sao-paulo-924303729.asp> em 26/04/2011 às 09:59 hs.

PARO, Vitor. **Gestão democrática da escola pública.** 3ª edição. São Paulo, Ática, 2005.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. Decreto nº 32.300, de 08 de setembro de 2008. **Regulamenta a Lei nº 13.486, de 01 de julho de 2008. Institui o Bônus de Desempenho Educacional – BDE, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.** Recife, 2009.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. Lei nº 13.486, de 01 de julho de 2008. **Institui o Bônus de Desempenho Educacional – BDE, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.** Recife, 2008.

RAVITCH, Diane. **Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano – como os Testes Padronizados e o Modelo de Mercado Ameaçam a Educação**. Porto Alegre, Sulina: 2011.

REDE BRASIL ATUAL. **Em SP, assembleia com 3 mil professores repudia política de bônus do governo**. extraído de <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/trabalho/2011/04/em-sp-cerca-de-3-mil-professores-repudiam-politica-de-bonus>> em 20/07/2012, às 19 hs.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação: curvatura da vara: onze teses sobre educação e política**. 5.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, 5).

VALOR ECONÔMICO. **Ganho por metas é foco de estados na educação**. São Paulo, 21/01/2011.

VALOR ECONÔMICO. **Meritocracia na Educação divide PT e PSDB**. São Paulo, 28/10/2010.

VILELA, Milu. **Todos pela educação de qualidade**. Folha de São Paulo, 06/09/06.